



Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade
ISSN: 2316-9834
revistageas@uninove.br
Universidade Nove de Julho
Brasil

Ribeiro, Verónica; Monteiro, Sónia; Moura, Ana
Divulgação de informação na internet sobre Responsabilidade
Social – Evidência Empírica nos Municípios Portugueses
Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade,
vol. 7, núm. 2, 2018, Mayo-Agosto, pp. 185-209
Universidade Nove de Julho
São Paulo, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5585/geas.v7i2.373>

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471659746001>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org



DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA INTERNET SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL – EVIDÊNCIA EMPÍRICA NOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

¹ Verónica Ribeiro

² Sónia Monteiro

³ Ana Moura

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar as práticas e nível de divulgação on-line de informação sobre responsabilidade social nos municípios portugueses. Procedeu-se à análise do conteúdo dos websites de 60 municípios portugueses que constituem a amostra. Foi construído um índice de divulgação de informação que varia entre 0 e 1, permitindo assim analisar o grau de divulgação global de cada município e de cada categoria de informação individualmente (informação genérica, económica, social e ambiental).

Os resultados obtidos indicam que o valor médio do índice de divulgação total observado foi de 0,46. A categoria de informação económica foi a que apresentou um maior índice de divulgação (com 0,66) seguindo-se as categorias de informação social e ambiental (0,61 e 0,36, respetivamente). Verificamos que os municípios de maior tamanho, localizados no litoral, caracterizados como urbanos, que implementam a Agenda 21 Local e onde existe competição política, são aqueles que tendem a apresentar maiores níveis de divulgação.

Palavras-chave: Divulgação. Responsabilidade Social. Setor Público.

¹ Doutora em Ciências Empresariais pela Universidade de Santiago de Compostela – USC, (Espanha). E-mail: veronica@ipca.pt

² Doutora em Ciências Empresariais pela Universidade de Santiago de Compostela – USC, (Espanha). E-mail: smonteiro@ipca.pt

³ Mestra em Contabilidade e Finanças pelo [Instituto Politécnico do Cávado e do Ave – IPCA, \(Portugal\)](http://www.ipca.pt). E-mail: amoura@ipca.pt



RESUMEN

Dicho estudio tiene como objetivo analizar las prácticas y nivel de divulgación on-line de información sobre responsabilidad social en los municipios portugueses. Se utilizó el análisis de contenido de los sitios de 60 municipios portugueses que constituyen la muestra. Se construyó un índice de divulgación de información que varía entre 0 e 1, permitiendo analizar el grado de divulgación global de cada municipio y de cada categoría de información individualmente (información genérica, económica, social y medioambiental).

Los resultados obtenidos indican que el valor medio del índice de divulgación total observado ha sido de 0,46. La categoría de información económica es la que tiene un mayor índice de divulgación (con 0,66) siguiendo-se las categorías de información social y medioambiental (0,61 e 0,36, respectivamente). Se verificó que los municipios de mayor tamaño, ubicados en el litoral, caracterizados como urbanos, que implementan la Agenda 21 Local y donde existe competición política, son los que tienden a presentar mayores niveles de divulgación.

Palabras-clave: Divulgación; Responsabilidad Social, Sector Público



INTRODUÇÃO

Cada vez mais é debatido o tema da responsabilidade social (RS) no seio dos organismos públicos, sendo que a responsabilidade social é também, ela própria, uma das funções dos mesmos.

Os municípios são dos organismos públicos que, no contexto da realidade portuguesa, mais próximos se encontram dos cidadãos. A divulgação de informação sobre responsabilidade social por parte dos organismos públicos, poderá permitir a aproximação desses organismos aos cidadãos, mostrando a sua disponibilidade e capacidade de os servir.

No que concerne à publicação de informação sobre RS, destaca-se o Suplemento para o Sector Público (SSPA – *Sector Supplement for Public Agencies*) emitido pela *Global Reporting Initiative* (GRI) em 2005 (GRI, 2005). As Diretrizes GRI contêm recomendações para a avaliação da sustentabilidade, contemplando indicadores de desempenho agrupados pelas áreas económica, ambiental e social (GRI, 2002).

A forma mais usual, numa fase inicial, de divulgar informação sobre sustentabilidade era através dos relatórios e contas anuais. Contudo, nos últimos anos a Internet tem surgido como um meio importante de propagação de informação e de comunicação devido à sua interatividade e capacidade de difundir informação, ao facto de ser um canal de comunicação bidirecional e de acesso universal em que a comunicação é quase síncrona (Vilar, 2012).

Até há uns anos atrás, a presença das Administrações locais na Internet era residual, mas atualmente a maioria dos organismos públicos e empresas municipais utilizam a sua página web como veículo de transmissão de informação a potenciais interessados. Concretamente no setor dos municípios crescem aqueles que se

encontram presentes na *web*, ampliando os seus conteúdos de informação e disponibilizando mecanismos que permitem a realização de procedimentos *online* por parte dos cidadãos, fazendo-os desta forma poupar tempo e dinheiro. Num estudo realizado em 2009, Fernandes (2009) tinha já concluído que dos 308 municípios portugueses, apenas 1 não tinha página *web* e em 6 municípios a página *web* encontrava-se em construção. Atualmente, a totalidade dos municípios portugueses (308) possuem páginas *web*.

Apesar da crescente importância da responsabilidade social no setor público, esta temática não tem sido amplamente tratada pelos investigadores (Ball & Bebbington, 2008; Ball & Grubnic, 2007). Até ao momento, não temos conhecimento da existência em Portugal de estudos empíricos acerca do grau de divulgação de informação sobre responsabilidade social por parte dos municípios portugueses. Contudo, existe já investigação empírica para o setor público e especificamente para os municípios sobre uma das componentes da responsabilidade social: o ambiente (Ribeiro, 2007a-b; Ribeiro & Guzmán, 2008^a; Ribeiro & Guzmán, 2011), embora se tenha centrado na análise de relatório e contas.

Face à escassez de investigação nesta área, este estudo pretende analisar as práticas e nível de divulgação de informação on-line sobre responsabilidade social nos municípios portugueses. Este estudo pretende, assim, responder à seguinte questão de investigação: Quais os níveis de divulgação de informação sobre RS nas páginas *web* dos municípios portugueses, quer de uma forma geral, quer para cada uma das suas componentes: Informação Genérica, Informação Económica, Informação Social e Informação Ambiental?

Face ao exposto, este trabalho encontra-se dividido em 3 pontos. No primeiro ponto, é efetuada uma revisão da



literatura, destacando os estudos que se debruçaram sobre a divulgação de informação sobre responsabilidade social no setor público. O segundo ponto é dedicado ao estudo empírico onde descrevemos a amostra e metodologia utilizada. Num terceiro ponto apresentamos e discutimos os resultados estatísticos obtidos. Por fim, são apresentadas as principais conclusões, as limitações do estudo e as sugestões para futura investigação.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E REVISÃO DE ESTUDOS EMPÍRICOS

Da revisão da literatura efetuada resulta que a nível internacional a maioria dos estudos relacionados com a divulgação de informação sobre responsabilidade social ou sustentabilidade são do setor privado. Neste sentido, Sciulli (2009) referiu ser preocupante a escassez de pesquisas no setor público com foco em questões de sustentabilidade. Contudo, Lewis (2008) refere ter havido um estímulo para que se desenvolvam trabalhos de investigação sobre relatórios de sustentabilidade. Segundo Lodhia (2010) o setor público oferece um contexto teoricamente útil para a pesquisa de assuntos relacionados com relatórios de sustentabilidade.

Embora em menor dimensão que no setor privado, nos últimos anos verifica-se um incremento da investigação direcionada ao setor público. Salientamos que dos três componentes da responsabilidade social (económico, social e ambiental), o ambiente é aquele que usufrui de maior preferência por parte dos investigadores (Ball, 2005; Burrit & Welch, 1997; Frost & Seamer, 2002; McElroy *et al.*, 2005; Ribeiro, 2007a; Ribeiro, 2007b; Ribeiro & Guzmán, 2008a; Ribeiro & Guzmán, 2008b; Ribeiro & Guzmán, 2011; Sciulli, 2009).

A Austrália destaca-se como a zona geográfica na qual foram efetuados mais estudos no âmbito da divulgação sobre RS no setor público (Farneti & Guthrie, 2009; Williams *et al.*, 2009; Guthrie & Farneti, 2008; Lodhia, 2010; Mack & Power, 2006;

Sciulli, 2011; Williams, 2011; Williams, 2012; Mucciaroni, 2012). Há também estudos sobre entidades públicas da Malásia (Joseph & Taplin, 2011; Joseph, 2010, Pilcher *et al.*, 2008), sobre os governos locais e/ou regionais de Espanha (Navarro *et al.*, 2010a, 2010b; Navarro *et al.*, 2011a) sobre universidades dos Estados Unidos da América (Sanchez *et al.*, 2011), universidades de Espanha (Moneva & Martin, 2012) e sobre entidades públicas italianas (Farneti & Siboni, 2008; Marcuccio & Steccolini, 2005 e 2009). Outros autores fizeram uma análise comparativa de entidades públicas localizadas em diversos países, por exemplo: Reino Unido e Irlanda (Navarro *et al.*, 2011b); países que constituem a Europa dos 15 (Martins, 2011); Austrália, China, Nova Zelândia e Emirados Árabes Unidos (Tort, 2010) e Austrália, Nova Zelândia, Europa, América do Norte e Ásia (CPASR, 2005).

São vários os estudos no âmbito do Setor Público que adotam a Teoria Institucional isolada ou em conjugação com outras, como a Teoria da Legitimidade, para explicar a implementação das práticas de sustentabilidade e de divulgação de informação, como por exemplo: Joseph (2010), Joseph e Taplin (2011), Lodhia (2010), Marcuccio e Steccolini (2005), Mucciaroni (2012), Mussari e Monfardini (2010), Pilcher *et al.* (2008) e Ribeiro (2007a). A Teoria da Legitimidade baseia-se na ideia de que para continuar a atuar com êxito, as empresas (e, com maior intensidade as entidades públicas), devem agir dentro dos limites daquilo que a sociedade identifica como um comportamento social e ambientalmente aceitável e para que seja feita essa identificação e consequente avaliação é necessário que a informação seja divulgada. Sustentados nesta teoria, consideramos que as entidades públicas devem adotar comportamentos social e ambientalmente responsáveis como resposta às expetativas da sociedade, mantendo objetivos, métodos e ações aceites socialmente com vista à obtenção e



manutenção da sua legitimidade (Ribeiro, 2007a).

Diversos autores consideram a legitimidade o eixo central da Teoria Institucional. (Deegan, 2002; Joseph, 2010; Sánchez-Fernández, 2012). De facto, segundo Oliver (1991) o pressuposto central da Teoria Institucional é o de que os meios institucionais exercem uma influência poderosa sobre as organizações, que as levam normalmente a se comportarem de maneira consistente com as normas sociais, valores e suposições que são consideradas como um comportamento aceitável.

Neste sentido, Joseph (2010) considera que a Teoria Institucional tem semelhanças com a Teoria da Legitimidade quando tenta compreender a forma como as organizações reconhecem e respondem às pressões e expectativas das mudanças sociais e institucionais. Também Ribeiro (2007a) considera existir uma complementaridade entre a Teoria da Legitimidade e a Teoria Institucional, uma vez que ambas consideram que a legitimidade se obtém através da conformidade com as regras e normas institucionais.

Muitos estudos relativos à divulgação de informação sobre responsabilidade social analisam os relatórios anuais publicados (Guthrie & Farneti, 2008; Moneva & Martin, 2012; Mucciaroni, 2012; Sciulli, 2011) e/ou relatórios de sustentabilidade, que são eles próprios um meio de divulgação de informação (CPASR, 2005; Farneti & Siboni, 2008; Guthrie & Farneti, 2008; Mack & Power, 2006; Marcuccio & Steccolini, 2005, 2009; Sanchez *et al.*, 2011; Tort, 2010). Estes estudos indicam que as práticas de relato são muito diversas e que existem outras formas de divulgação que não apenas os relatórios anuais.

A divulgação através dos *websites* tem vindo a assumir um papel significativo no setor público, pois permite uma maior proximidade entre as instituições e cidadãos, sendo já variados os estudos cuja metodologia consiste na análise das páginas *web* das entidades em causa (Joseph, 2010; Joseph & Taplin, 2011; Martins, 2011;

Moneva & Martin, 2012; Navarro *et al.*, 2011a, 2011b); Sanchez *et al.*, 2011; Navarro *et al.*, 2010 a b); Piltcher *et al.*, 2008).

2. DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

2.1. Amostra

Alguns estudos relacionados com divulgação de informação cuja amostra tem por base municípios tendem a escolher os de maior dimensão (Marcuccio & Steccolini, 2005; Navarro *et al.*, 2010a); Navarro *et al.*, 2010b); Navarro *et al.*, 2011b). No entanto, para a seleção da nossa amostra consideramos o *Ranking* global publicado no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2010 (Carvalho *et al.*, 2012), que ordena os municípios portugueses em função da eficiência na utilização de recursos financeiros. Este *Ranking* global tem por base 15 indicadores, previamente definidos, que melhor avaliam a gestão financeira, económica, patrimonial e orçamental dos municípios. Deste *Ranking* constam 60 dos melhores municípios portugueses: os 10 de grande dimensão, os 20 de média dimensão e os 30 de pequena dimensão, que constituem a nossa amostra. Assim, permite-nos avaliar todo o tipo de municípios portugueses, e não só somente os de maior dimensão (critério normalmente usado em outros estudos).

Passamos a caraterizar a amostra com base em algumas variáveis comumente usadas na literatura.

a) Tamanho

O critério utilizado para classificar o tamanho dos municípios que constam na nossa amostra é o número de habitantes, tal como em diversos estudos relativos a municípios (Cárcaba García & García-García, 2010; Guerra, 2011; Jorge *et al.*, 2011; Martani & Lestiani, 2012; Navarro *et al.*, 2011a; Serrano-Cinca *et al.*, 2009).

A classificação dos municípios em pequena, média e grande dimensão, é uma



tipologia definida no Anuário Financeiro dos Municípios portugueses, que define três grupos de municípios de acordo com o número de habitantes:

- ✓ Pequenos (P) – com população inferior ou igual a 20.000 habitantes;
- ✓ Médios (M) – com população superior a 20.000 habitantes e inferior ou igual a 100.000 habitantes;
- ✓ Grandes (G) – com população superior a 100.000 habitantes.

Assim, a Tabela 1 apresenta a distribuição dos municípios da amostra em função do seu tamanho para o ano de 2010, sendo que exatamente metade dos municípios é de pequena dimensão, ou seja, o seu número de habitantes é igual ou inferior a 20.000. Seguidamente, 33,33% dos municípios é de média dimensão e apenas 16,67% é de grande dimensão (mais de 100.000 habitantes).

Tabela 1

Distribuição do número de municípios em função do número de habitantes

Município	Nº de habitantes	N	%
Pequeno	$20.000 \leq X$	30	50,00%
Médio	$20.000 < X \leq 100.000$	20	33,33%
Grande	$X > 100.000$	10	16,67%
Total		60	100,00%

Fonte: elaboração própria

Salienta-se que a estrutura da amostra tem semelhanças com a estrutura dos municípios a nível nacional, isto é, em 2010 em Portugal, dos 308 municípios existentes, 179 consideram-se de pequena dimensão (58,1%), 106 de média dimensão (34,4%) e 23 de grande dimensão (7,5%)⁴, o que nos permite concluir tratar-se de uma amostra representativa da população.

b) Localização geográfica

No que diz respeito à localização geográfica, optou-se por classificar os municípios de acordo com as sete regiões geográficas que compõem as NUTS II⁵, tal como nos estudos elaborados por Ribeiro (2007a) e Guerra (2011), sendo as regiões

Norte, Centro e Alentejo aquelas que concentram o maior número de municípios do estudo, num total de 85%. Verifica-se, contudo, uma certa dispersão dos municípios que constituem a amostra, o que dificulta a análise estatística. Assim, tal como Ribeiro (2007a), optamos por agrupar os municípios em função da sua localização no litoral ou no interior de Portugal continental, sendo que os municípios que se localizam nas Regiões Autónomas não se incluíram nesta classificação.

Para este agrupamento, seguimos o critério utilizado por Alegria (2004), que faz a delimitação por NUTS III, classificando como do Litoral as regiões da NUT III que confinam com o mar e aquelas cujo concelho “principal” (o de maior população em 1991) dista menos de 60 km de Lisboa ou do Porto (cerca de meia hora em estrada rápida). As restantes regiões que não obedecem a estes critérios são classificadas como do Interior.

No que respeita à distribuição dos municípios da amostra de acordo com a sua

⁴ Dados extraídos do estudo de Carvalho *et al.* (2012)

⁵ A sigla NUTS II é utilizada para designar as unidades de segundo nível da Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos. A NUTS II é constituída por sete unidades, das quais cinco no continente, e ainda os territórios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (Decreto-Lei no 244/2002 de 5 de Novembro)



localização no litoral ou interior de Portugal, verifica-se que se encontra relativamente equilibrada: 52,67% no litoral e 48,33% no interior.

c) Rural/Urbano

Para a classificação de um município como rural ou urbano, considerou-se a tipificação usada pelo PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural) e pelo PRORURAL (Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores), que define as zonas rurais com base no conceito da OCDE, adaptado à realidade portuguesa (SRAF, 2007). Essa tipificação é efetuada por freguesia, distinguindo-as entre urbanas e rurais. A classificação como rural resulta da conjugação de determinados critérios entre os quais: a densidade demográfica inferior a 150 habitantes/km², o ser desfavorecida e o ter pelo menos 10% da população na agricultura e silvicultura.

A nossa amostra é constituída por municípios e efetuamos a sua classificação como rurais ou urbanos, dependendo da classificação da maioria das freguesias que os compõem. Assim, se pelo menos 50% das freguesias que compõem um município estão classificadas como rurais, o município foi considerado rural. Aplicando este critério, foi possível determinar que a amostra é maioritariamente constituída por municípios urbanos (68,33%).

d) Partido Político/competição política

Ribeiro (2007a-b) e Guerra (2011), nos seus estudos, caracterizam a amostra em função da força política que se encontra na presidência do município. Através da consulta aos *websites* dos municípios foi possível, em alguns casos, determinar qual o partido político que se encontra no executivo municipal. Quando tal não foi possível, recorremos aos resultados das eleições autárquicas de 2009. Concluímos que 85% do executivo municipal das entidades objeto do nosso estudo foram eleitos pelo Partido Social Democrata (PSD) e pelo Partido

Socialista (PS), com 50% e 35% dos municípios, respetivamente, havendo grande dispersão em relação aos demais partidos políticos.

Nos regimes democráticos, a competição ou concorrência política exerce-se frequentemente na luta partidária, tendo como objetivo o acesso ao poder político ou a sua manutenção. Os partidos políticos com o objetivo de terem maior força política, prosseguem a obtenção de uma maioria absoluta nas eleições, para assim poderem eleger um número de vereadores (no caso dos municípios) superior aos partidos da oposição e conseguirem ter maior força política, o que se traduz, previsivelmente na estabilidade governativa.

Para aferir da existência de competição política consideramos a percentagem de votos obtidos nas últimas eleições que se traduz no número de vereadores eleitos por cada partido. Assim, se o partido político que lidera o executivo municipal obteve um maior número de vereadores, é expectável que sinta menos pressão por parte da oposição, logo existirá menos competição política e se obteve um menor número de vereadores, então é expectável que exista mais pressão política por parte da oposição.

Os resultados revelam algum equilíbrio da amostra nesta matéria: 55% dos municípios com maior competição política (i.e., com menor número de vereadores) e 45% dos municípios com menor competição política (i.e., com maior número de vereadores).

e) Agenda 21 local

Em Portugal não existe legislação específica que imponha às autoridades locais a elaboração e implementação da Agenda 21 Local⁶, nem existem programas ou estruturas

⁶ A Agenda 21 Local trata-se de um programa de ação elaborado de uma forma participativa e multisectorial que procura o envolvimento entre poder local e os diversos agentes locais nas dinâmicas de desenvolvimento sustentável (decorram elas nos âmbitos económico, social ou ambiental).



próprias, a nível da Administração Central, que apoiem a referida implementação. Todavia, a título voluntário, são vários os municípios que têm aderido a esta agenda, destacando-se que a maioria da nossa amostra (55%) tem já iniciado ou implementado processos de Agenda 21 Local.

f) Certificação ambiental ou de responsabilidade social

No que diz respeito à certificação ambiental ou de responsabilidade social, e após consulta dos *websites* dos municípios, constatamos que apenas 3 municípios possuem essa certificação.

2.3. Metodologia de Investigação

Gandía e Archidona (2008) considerando que a Internet é um canal de comunicação poderoso que está a modificar a forma como as pessoas accedem e se relacionam com a informação e com os outros, concluíram que a Internet contribuiu para que as administrações públicas desenvolvam métodos para melhorar a disponibilização da informação e os níveis de responsabilidade. Gallego-Álvarez *et al.* (2010) concluíram que o uso da Internet ajudou a quebrar barreiras entre os cidadãos e a administração pública sendo cada vez divulgada mais informação.

Neste sentido, são vários os estudos efetuados em Espanha relacionados com a divulgação de informação no Setor Público através da Internet (Navarro *et al.*, 2010a; Navarro *et al.*, 2010b; Navarro *et al.*, 2011a; Navarro *et al.*, 2011b; Pina *et al.*, 2007; Pina *et al.*, 2009; Rodrígues *et al.*, 2006; Rodrígues *et al.*, 2007) uma vez que alguns autores consideram que as páginas *web* dos municípios são um meio adequado para estudar a informação publicada sobre responsabilidade social.

Deste modo, para a realização do nosso estudo, procedemos igualmente ao

recurso da informação divulgada na internet, tendo no período de 23 de Julho até 16 de Setembro de 2012, procedido à análise do conteúdo das páginas *web* dos municípios que constituem a amostra. A análise das páginas *web* foi efetuada da forma mais objetiva e rigorosa possível, tendo todas as páginas *web* sido analisadas de forma similar para se evitar análises subjetivas.

As fontes de informação são as páginas *web* dos municípios, o que inclui todos os relatórios e outros documentos (atas, deliberações, editais, panfletos, cartazes, notícias,...) publicados nessas páginas, bem como informação contida noutras páginas relacionadas cujo *link* de acesso está expressamente mencionado nas páginas dos municípios.

Para a recolha dos dados relativos à divulgação de informação sobre responsabilidade social nas páginas *web* dos municípios, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Vários estudos no âmbito do setor público têm utilizado esta técnica (GRI, 2010; Guthrie & Farneti, 2008; Joseph, 2010; Martins, 2011; Navarro *et al.*, 2010a, 2010b; Navarro *et al.*, 2011a, 2011b; Ribeiro, 2007a-b; Ribeiro & Guzman, 2011; Sanchez *et al.*, 2011; Scuilli, 2009). Trata-se da técnica mais comum e a mais utilizada em investigação sobre a avaliação da divulgação de informação social e ambiental (Gray *et al.*, 1995 a-b; Hackston & Milne, 1996), mesmo quando centrada nos *websites* (Joseph, 2010; Martins, 2011; Moneva & Martin, 2012; Navarro *et al.*, 2011a, 2011b; Navarro *et al.*, 2010a, 2010b; Sanchez *et al.*, 2011).

Como referem Ribeiro e Guzmán (2011), esta técnica consiste na codificação das informações qualitativas em categorias pré definidas, sendo utilizada para verificar as práticas de divulgação. Concretamente, no nosso estudo, para aferirmos acerca da divulgação de informação sobre responsabilidade social, utilizou-se uma listagem constituída por 46 itens, divididos em 4 categorias ou blocos de informação⁷:

⁷ Foi ainda incluído um último item acerca da divulgação autónoma da Responsabilidade Social, de



forma a comprovar se os municípios objeto do estudo divulgam formalmente relatórios de sustentabilidade ou de responsabilidade social. Mediante resposta positiva deste item, foram colocados mais 4 itens de informação, que se prendem com a sua localização



Figura 1

Categorias de informação

Categoria 1 – Informação Genérica	10 itens
Categoria 2 – Informação Económica	9 itens
Categoria 3 – Informação Social	13 itens
Categoria 4 – Informação Ambiental	14 itens

Fonte: elaboração própria

O Apêndice 1 apresenta os itens de informação contemplada em cada categoria, que teve por base a listagem utilizada por Navarro *et al.* (2010 a- b) e Navarro *et al.* (2011a-b) bem como as orientações das Diretrizes GRI (2006), ajustadas às especificidades do sector público.

Para Gray *et al.* (1995b), a análise de conteúdo pode ser definida como uma técnica que permite medir, de forma objetiva, sistemática e qualitativa e/ou quantitativa o conteúdo de uma comunicação. São várias as formas de aplicar a técnica da análise de conteúdo. Entre elas surgem: a medição das páginas para determinar a quantidade total de espaço dedicado a cada item (Gray *et al.*, 1995a), Baker e Naser, 2000); a contagem do número médio de linhas (Choi, 1998; Belal, 2000, Slack & Shivers, 2008); a contagem das palavras (Wilmhurst & Frost, 2000; Ratanajongkol *et al.*, 2006; Amorim, 2010; Joseph & Taplin, 2011). A forma de utilização mais simples desta técnica consiste em registar a ausência ou a presença de determinada informação, sem considerar a qualidade e a extensão/abundância da informação divulgada. Todavia, o facto de não permitir a medição do nível de informação divulgada e portanto não ser possível aferir da ênfase que cada divulgador confere a cada item, pode ser uma importante limitação (Zeghal & Ahmed, 1990).

Contudo, foi esta a opção para o nosso estudo, pois consideramos que é a forma mais adequada para atingirmos os objetivos a que nos propomos neste primeiro estudo exploratório. Deste modo, analisou-se o conteúdo das páginas web dos municípios, bem como dos documentos que nelas se encontram divulgados, tentando detetar a presença ou ausência da informação a que se refere cada um dos itens que constituem a listagem, atribuindo-se, a cada um deles, uma ponderação de 0 ou 1, de acordo com o seguinte critério:

- 0 – O item não é divulgado;
- 1 – O item é divulgado.

Tratando-se de um método indicador de presença ou ausência, o valor 1 é o máximo que pode ser atribuído a cada item para cada município, i.e., independentemente de a página web divulgar várias vezes informação relativa a um item, é considerado apenas uma vez.

Tal como já referimos, esta metodologia não permite analisar a qualidade, nem a quantidade de informação divulgada, apenas reconhecendo se existe ou não alguma divulgação relativa a cada item. No entanto, e tal como refere Navarro *et al.* (2010a), este sistema de pontuação permite a medição de uma forma objetiva e transparente do nível de divulgação da informação contida nos itens da listagem empregue, tendo sido utilizado em vários estudos empíricos semelhantes a este



(Navarro *et al.*, 2011a, 2011b; Navarro *et al.*, 2010a, 2010b; Pina *et al.*, 2007; Rodriguez *et al.*, 2006 e 2007; Ribeiro, 2007a-b).

De modo a medir o nível de divulgação de informação sobre responsabilidade social dos municípios que compõem a amostra em estudo, foi criado um Índice de Divulgação, que engloba todos os itens de informação anteriormente referidos (mencionados no apêndice 1). Para cada categoria de informação foi, por sua vez, criado um sub-índice de divulgação que integra os itens de cada categoria.

A utilização de índices para medir o nível de divulgação de informação nesta temática tem vindo a ser largamente

utilizado em estudos (Gandia & Archidona, 2008; Jorge *et al.*, 2011; Joseph, 2010; Joseph e Taplin, 2011; Moneva & Martin, 2012; Mucciaroni, 2012; Navarro *et al.*, 2010a, 2010b, 2011a, 2011b; Ribeiro, 2007a-b; Sciulli, 2009; Beck *et al.*, 2010).

Assim, procedemos ao cálculo dos valores dos índices de divulgação por cada categoria de informação (ou subíndices), de forma a medir o grau de divulgação, sendo o mesmo calculado pelo quociente entre a pontuação total obtida por cada categoria e o número máximo de itens que a constituem, conforme se descreve abaixo, sendo que o valor de cada índice varia entre um mínimo de 0 e o máximo de 1.

$$\text{ID}_{\mathbf{x}_j} = \frac{\sum_{n=1}^i i_n}{i}$$

Onde

$\text{ID}_{\mathbf{x}_j}$	Índice de Divulgação de Informação (Categoria X) ⁸ do município j
i_n	Item geral n em análise. Variável dicotómica (<i>dummy</i>) com valor 1 se o município divulga o item n e valor 0 se o município não divulga o item n.
i	Número máximo de itens de informação da categoria X

⁸ Onde teremos

IDG: = Índice de Divulgação de Informação Genérica
IDE: = Índice de Divulgação de Informação Económica
IDS: = Índice de Divulgação de Informação Social
IDA: = Índice de Divulgação de Informação Ambiental



Conforme referido, este índice englobará todos os elementos de informação constantes das quatro categorias anteriormente mencionados. Todavia, Dutta e Lawson (2009) salientam que as três dimensões da Responsabilidade Social (a económica, a social e a ambiental) devem estar equilibradas de forma a considerar que as três dimensões possuem o mesmo grau de importância.

Deste modo, relativamente às ponderações atribuídas a cada categoria optou-se pela metodologia seguida nos estudos elaborados por Rodriguez *et al.* (2006 e 2007) e Navarro *et al.* (2010 a, b, 2011b), ou seja, atribuiu-se uma percentagem de 25% a cada uma das categorias. Esta ponderação equitativa

permite nivelar o grau de importância de cada categoria, pois a atribuição de diferentes ponderações implicaria a definição de critérios de preferência e não é este o objetivo do nosso estudo.

No que diz respeito ao Índice de Divulgação Total, o que se pretende é determinar a existência ou não de divulgação de informação relativa a Responsabilidade Social de uma forma equilibrada, razão pela qual se optou pela atribuição da mesma ponderação a cada categoria. Assim, o Índice de Divulgação Total de Informação sobre Responsabilidade Social (IDT) é calculado com uma ponderação de 25% de cada um dos Índices de informação específica (IDG, IDE, IDS, IDA).

superiores foram encontradas por Navarro *et*

$$IDT_j = 25\% \times IDG_j + 25\% \times IDE_j + 25\% \times IDS_j + 25\% \times IDA_j$$

b) Categoría de informação económica

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. Ítems de informação sobre responsabilidade social

O apêndice 1 apresenta, de forma detalhada, as estatísticas descritivas relativas ao número de entidades que divulgaram informação sobre cada uma das 4 categorias pré definidas. Sintetizamos de seguida os aspectos mais relevantes:

a) Categoria de informação genérica

- Apenas dois municípios apresentam no seu *website* uma parte separada para a Responsabilidade Social (percentagens reduzidas à semelhança de Navarro *et al.* (2010 a) e 2011a));
- A grande maioria das entidades (71,67%) faz referência à implementação de um plano estratégico de desenvolvimento e 83,33% apresentam a estrutura de governação do município (percentagens ligeiramente

• A quase totalidade dos municípios (91,67%) divulga *on-line* a sua prestação de contas anual (contrariamente aos resultados obtidos por Navarro *et al.* (2010a) e 2011a), apresentam valores inferiores a 50%); verificam-se grandes percentagens de divulgação, na ordem dos 97%, no que respeita a informação sobre o Orçamento de despesas, Orçamento de receitas e transferência de receitas;

53 municípios (88,33%) publicam a tabela de preços e tarifas dos serviços prestados (Navarro *et al.* (2010a) e 2011a) obtiveram 20% e 0% dos municípios, respectivamente, a publicar estes dados).

44 municípios (73,33%) divulgam informação sobre concursos vigentes ou a abrir para o abastecimento de bens e serviços, resultado inferior aos estudos de Navarro *et al.*, (2010a) e 2011a)), com quase 100%;

apenas 18 municípios (30%) apresenta o prazo médio de pagamentos, resultado ligeiramente superior ao obtido por Navarro *et al.*, (2010a e 2011a).



- c) Categoria de informação social
- Nesta categoria de informação sobressaem dois extremos: todos os municípios divulgam informação sobre o desenvolvimento de programas/medidas de cariz social e nenhum município divulga informação sobre despesas com fornecedores locais. Estes resultados são e idênticos aos obtidos por Navarro *et al.* (2011a e 2011b)).
 - Os itens com maior percentagem de divulgação são:
 - ✓ informação sobre os trabalhadores (95%) e oferta de emprego público (90%);
 - ✓ despesas com programas de cariz social (83,33%) e oferta de serviços sociais (80%);
 - ✓ dados financeiros sobre subsídios atribuídos (78,33%) e a referência à existência de um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas (75%).

Também nos estudos de Navarro *et al.* (2010a, 2011a e 2011b), foram encontradas percentagens acima dos 90%, no que diz respeito à de divulgação de informação sobre oferta pública de serviços e à oferta pública de emprego.

d) Categoria de informação ambiental

- Mais de 90% dos municípios difunde as iniciativas levadas a cabo para atenuar os impactos ambientais dos seus produtos e serviços, contudo apenas 10% revela o grau de redução desse impacto. Estes resultados são similares aos obtidos por Navarro *et al.* (2011a-b);
- Grande parte dos municípios (83,33%) informa sobre o total e tipo de investimentos ambientais e (61,67%) divulgam sobre despesas ambientais. Nos estudos de Navarro *et al.* (2010a) e 2011b)), foram atingidas percentagens de 52,73% e 58,33%, respetivamente. Já nos Governos Regionais espanhóis a divulgação deste tipo

de informação é de 100% (Navarro *et al.*, 2011a).

Nenhum município proporciona informação sobre o volume total de água reciclada e reutilizada, contudo 22 municípios (36,67%) divulgam sobre as descargas e/ou o destino das águas residuais.

Divulgação autónoma sobre Responsabilidade Social

Dos municípios que constituem a amostra, apenas um município publica *online* um Relatório de Sustentabilidade. Este relatório encontra-se publicado no separador da Agenda 21 Local do município em causa. O relatório segue as diretrizes GRI e abrange o período de 2005 a 2008 (4 anos), tendo sido publicado em 2009. Em Espanha, nenhum Governo Regional ou Local publicou relatórios de sustentabilidade ou de responsabilidade social nos seus *websites* (Navarro *et al.*, 2010a, 2010b, 2011a). Também na amostra de municípios de Irlanda e do Reino Unido, não são publicados tais relatórios (Navarro *et al.*, 2011b).

3.2 Índices de divulgação de informação

Depois de analisado o número de municípios que divulga sobre os itens de informação previstos em cada uma das categorias, importa agora proceder à análise dos valores obtidos para os índices de divulgação que foram construídos, e que nos permitem medir o nível de divulgação sobre responsabilidade social. Considerando a totalidade dos municípios da amostra, a **Erro! Fonte de referência não encontrada.** resume as medidas estatísticas obtidas para cada um dos subíndices individualmente (IDG, IDE, IDS, IDA) e para o IDT e, dando assim indicação sobre a tendência central dos dados e a localização extrema da amostra em termos de divulgação de informação.

Tabela 2
Índices de divulgação: estatísticas descritivas

Índice	Média	Mínimo	Máximo	Desvio padrão
--------	-------	--------	--------	---------------



IDG	0,2150	0	1	0,11323
IDE	0,6593	0	1	0,14733
IDS	0,6103	0	1	0,12006
IDA	0,3607	0	1	0,19481
IDT	0,4613	0	1	0,10881

Da análise da tabela, resulta que, em termos globais, a divulgação global de informação sobre responsabilidade social apresenta-se abaixo dos 0,5 (IDT=0,4613), revelando que os municípios apresentam um grau de divulgação médio. Trata-se de um valor mais alto que o encontrado por Navarro *et al.* (2010 a) e Joseph (2010) (que obtiveram, respetivamente 0,4042 e 0,286), mas é um valor mais baixo que o obtido por Navarro *et al.* (2011b), que ascendeu a 0,634.

No que respeita aos subíndices, o índice relativo à divulgação de informação económica, é o que apresenta maior valor (IDE=0,6593), seguindo-se a categoria de informação social (IDS=0,6103). O índice respeitante à divulgação de informação ambiental (IDA) apresenta um valor de 0,3607, mostrando que os municípios que constituem a amostra apenas relatam pouco mais de 1/3 dos itens incluídos nesta categoria. Não obstante, o IDA é o que apresenta maior desvio padrão, pelo que, possivelmente, é neste índice onde existem as melhores possibilidades de melhoria a curto prazo. Por último, o índice relativo à informação genérica é aquele que apresenta um menor valor (IDG=0,2150). Também no estudo de Navarro *et al.* (2011a) baseado nos Governos Regionais espanhóis, o índice de divulgação genérica é o que apresenta o

valor mais baixo (0,53) e o IDS e o IDE, os mais altos com 0,66 e 0,61, respetivamente. Navarro *et al.*, (2010a) e 2011b), obtiveram resultados diferentes, sendo a informação de carácter social a que apresentou um maior grau de divulgação (0,52 e 0,7, respetivamente) e a ambiental a de menor divulgação (0,24 e 0,5, respetivamente).

Estudos específicos sobre divulgação de informação económica e financeira, maioritariamente baseados em *websites* de entidades públicas locais, apresentaram índices de divulgação de informação mais baixos que o índice apurado no nosso estudo: 0,3035 relativamente a municípios portugueses e 0,1728 relativamente a municípios italianos (Jorge *et al.*, 2011), 0,3545 em Governos locais da Indonésia (Martani e Lestiani, 2012) e 0,3387 em municípios das capitais de províncias espanholas (Fernández e Fernández, 2009). Relativamente a estudos sobre informação ambiental, o índice de divulgação de informação ambiental encontrado por Scuilli (2009) atingiu os 0,31 (valor semelhante ao do nosso estudo).

Apresentamos de seguida tabelas com os índices médios de divulgação dos municípios que fazem parte da amostra, de acordo com determinadas características da amostra.

Tabela 3

Índices de divulgação: análise por categoria de tamanho

Tamanho	n	IDG (Informação genérica)	IDE (Informação económica)	IDS (Informação social)	IDA (Informação ambiental)	IDT (Índice Total)
Grande	10	0,2600 (min: 0,1;	0,7667 (min: 0,56;	0,7000 (min: 0,54;	0,5714 (min: 0,36;	0,5745 (min: 0,48; Max:

		Max:0,4)	Max:0,89)	Max:0,85)	Max:0,71)	0,68)
Médio	20	0,2450 (min: 0,1; Max:0,6)	0,6833 (min: 0,56; Max:0,89)	0,6423 (min: 0,46; Max:0,77)	0,4179 (min: 0,07; Max: 0,79)	0,4971 (min: 0,37; Max:0,66)
Pequeno	30	0,1800 (min: 0; Max:0,4)	0,6074 (min: 0,11; Max:0,89)	0,5590 (min: 0,23; Max:0,77)	0,2524 (min: 0; Max: 0,64)	0,3997 (min: 0,16,; Max:0,59)
Total	60	0,2150 (min: 0; Max:0,6)	0,6593 (min: 11; Max:0,89)	0,6103 (min: 0,23; Max:0,85)	0,3607 (min: 0;Max: 0,79)	0,4613 (min: 16; Max:0,68)

Fonte: Elaboração própria

Ao observarmos a tabela 3 podemos concluir que os municípios de grande dimensão são os que apresentam índices de divulgação mais elevados para qualquer tipo de informação, tal como tem vindo a ser afirmado por inúmeros estudos que consideram que o tamanho de um município

tem influência no grau de divulgação de informação (por exemplo: Cárcaba García e García-García, 2010; Joseph, 2010; Joseph e Taplin, 2011; Marcuccio e Steccolini, 2009; Mucciaroni, 2012; Ribeiro e Guzmán, 2011e Serrano-Cinca *et al.*, 2009).

Tabela 4

Índices de divulgação: análise por caracterização (rural/urbano)

Caraterização	n	IDG (Informação genérica)	IDE (Informação económica)	IDS (Informação social)	IDA (Informação ambiental)	IDT (Índice Total)
Rural	41	0,1927 (min: 0; Max:0,5)	0,6179 (min: 0,11; Max:0,89)	0,5910 (min: 0,23; Max:0,77)	0,2875 (min: 0,00; Max:0,79)	0,4223 (min: 0,16;Max: 0,66)
Urbano	19	0,2632 (min: 0,1; Max:0,6)	0,7485 (min: 0,56; Max:0,89)	0,6518 (min: 0,46; Max:0,85)	0,5188 (min: 0,21; Max: 0,71)	0,5456 (min: 0,40; Max:0,68)
Total	60	0,2150 (min: 0; Max:0,6)	0,6593 (min: 11; Max:0,89)	0,6103 (min: 0,23; Max:0,85)	0,3607 (min: 0;Max: 0,79)	0,4613 (min: 16; Max:0,68)

Fonte: Elaboração própria

A tabela 4 mostra que, também para todos os índices de divulgação, o grau de divulgação é menor nos municípios rurais do que nos municípios urbanos. Joseph (2010),

McElroy *et al.* (2005) e Williams (2011) verificaram igualmente a existência de mais divulgação nos meios urbanos.

Tabela 5



Índices de divulgação: análise por localização (interior/litoral)

Caraterização	n	IDG (Informação genérica)	IDE (Informação económica)	IDS (Informação social)	IDA (Informação ambiental)	IDT (Índice Total)
Interior	29	0,2172 (min: 0,1; Max:0,5)	0,6130 (min: 0,11; Max:0,89)	0,5623 (min: 0,23; Max:0,77)	0,2931 (min: 0; Max:0,64)	0,4214 (min: 0,16;Max: 0,66)
Litoral	29	0,2129 (min: 0; Max:0,6)	0,7025 (min: 0,44; Max:0,89)	0,6551 (min: 0,46; Max:0,85)	0,4240 (min: 0,07; Max: 0,79)	0,4986 (min: 0,32; Max:0,68)
Total	60	0,2150 (min: 0; Max:0,6)	0,6593 (min: 11; Max:0,89)	0,6103 (min: 0,23; Max:0,85)	0,3607 (min: 0;Max: 0,79)	0,4613 (min: 16; Max:0,68)

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à localização geográfica, é possível constatar pela análise da tabela 5, que os municípios que apresentam menor grau de divulgação são os localizados no Interior. Os municípios do Litoral são os que apresentam maiores Índices de divulgação para os vários tipos de informação divulgada (à exceção do IDG,

com uma diferença mínima a assinalar). Ribeiro (2007a-b) e Ribeiro e Guzmán (2011) também mostram nos seus estudos que os municípios localizados no litoral tendem a divulgar mais informação ambiental (embora este estudo tenha analisado a informação divulgada em relatórios e contas).

Tabela 6
Índices de divulgação: análise por implementação da Agenda 21 Local

Implement. da Agenda 21 Local	n	IDG (Informação genérica)	IDE (Informação económica)	IDS (Informação social)	IDA (Informação ambiental)	IDT (Índice Total)
Não	33	0,1697 (min: 0; Max:0,4)	0,6364 (min: 0,11; Max:0,89)	0,5758 (min: 0,23; Max:0,77)	0,3117 (min: 0,00; Max:0,79)	0,4234 (min: 0,16;Max: 0,66)
Sim	27	0,2704 (min: 0,1; Max:0,6)	0,6872 (min: 0,22; Max:0,89)	0,6524 (min: 0,46; Max:0,85)	0,4206 (min: 0,07; Max: 0,71)	0,5077 (min: 0,30; Max:0,68)
Total	60	0,2150 (min: 0; Max:0,6)	0,6593 (min: 11; Max:0,89)	0,6103 (min: 0,23; Max:0,85)	0,3607 (min: 0;Max: 0,79)	0,4613 (min: 16; Max:0,68)

Fonte: Elaboração própria

Pela simples análise tabela 6, verificamos que os municípios que implementaram a Agenda 21 Local, possuem Índices de divulgação mais elevados em todas as categorias de informação. Esta maior tendência de

divulgação de informação pelos municípios que implementam a Agenda 21 Local foi também encontrada nos estudos de Joseph (2010), Joseph e Taplin (2011) e Pilcher *et al.* (2008).

Tabela 7
Índices de divulgação: análise por existência de Competição política

Competição Política	n	IDG (Informação genérica)	IDE (Informação económica)	IDS (Informação social)	IDA (Informação ambiental)	IDT (Índice Global)
Não	33	0,1909 (min: 0; Max:0,5)	0,6330 (min: 0,11; Max:0,89)	0,5828 (min: 0,23; Max:0,85)	0,3442 (min: 0,00; Max:0,79)	0,4377 (min: 0,16;Max: 0,64)
Sim	27	0,2444 (min: 0,1; Max:0,6)	0,6914 (min: 0,44; Max:0,89)	0,6439 (min: 0,46; Max:0,77)	0,3810 (min: 0,07; Max: 0,71)	0,4902 (min: 0,27; Max:0,68)
Total	60	0,2150 (min: 0; Max:0,6)	0,6593 (min: 11; Max:0,89)	0,6103 (min: 0,23; Max:0,85)	0,3607 (min: 0;Max: 0,79)	0,4613 (min: 16; Max:0,68)

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito à competição política, também é naqueles municípios em que existe competição política (ou seja, em que o partido que está no poder tem um menor número de vereadores) que os índices de divulgação são mais altos, tal como ocorreu em estudos elaborados sobre divulgação de informação financeira nos *websites* de municípios (Cárcaba García e García-García, 2010 e Serrano-Cinca, 2009). **CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÃO FUTURA**

As organizações públicas têm vindo a tomar consciência da importância da RS, o que se traduz, em princípio, numa mudança progressiva da sua cultura organizacional e no delinear dos seus objetivos e estratégias.

A divulgação de informação sobre responsabilidade social por parte dos municípios permite compreender quais as preocupações e as estratégias que norteiam a tomada de decisões, contribuindo também para a imagem que pretendem passar aos cidadãos. Os *stakeholders* cada vez mais prestam atenção aos atos praticados pelas entidades públicas, analisando se estas se comportam de forma económica, social e ambientalmente responsável, o mesmo será dizer, se possuem comportamentos sustentáveis. A Internet constitui um importante meio de divulgação dessas práticas.

Toda esta realidade tem suscitado a atenção de investigadores, que têm vindo a desenvolver estudos dedicados à divulgação de informação sobre responsabilidade social, recorrendo muitas vezes às páginas *web* como fontes de informação.

Seguindo esta linha de investigação, o presente estudo teve como principal objetivo a determinação do nível de divulgação de informação sobre responsabilidade social nas páginas web dos municípios portugueses. Para tal procedemos à análise do conteúdo das páginas web dos municípios da amostra, constituída por 60 municípios, tendo sido construído um Índice de Divulgação de Informação sobre Responsabilidade Social (IDT), subdividido em 4 Subíndices: um Índice de Divulgação de Informação Genérica sobre Responsabilidade Social (IDG), um Índice de Divulgação de Informação Económica (IDE), um Índice de Divulgação de Informação Social (IDS) e um Índice de Divulgação de Informação Ambiental (IDA).

Em termos gerais, os resultados obtidos apontam para níveis de divulgação médios na maioria dos índices analisados. O Índice de Divulgação Total de informação sobre responsabilidade social (IDT) apurado foi de 0,46. Para cada categoria de informação ou subíndice, aquele que apresentou um valor mais alto foi o IDE com



0,66, seguindo-se o IDS com 0,61 e o IDA com 0,36. O IDG foi o que apresentou valores mais reduzidos, ou seja 0,22. Verificamos ainda que apenas 1 dos 60 municípios divulga, publicando *on-line*, um Relatório de Sustentabilidade.

A análise descritiva permitiu também verificar que os municípios de maior tamanho, localizados no litoral, caracterizados como urbanos, que implementam a Agenda 21 Local e onde existe competição política, são aqueles que tendem a apresentar maiores níveis de divulgação para a quase todos os subíndices.

Na interpretação das conclusões deve-se porém ter consciência das limitações subjacentes a este estudo. No que respeita à amostra, deve ter-se em consideração que foram analisados 60 municípios, dos 308 existentes em Portugal. Outra limitação do nosso trabalho prende-se com as limitações

inerentes à adoção da análise de conteúdo como metodologia de investigação. Esta análise reveste-se de alguma subjetividade e envolve juízos de valor na interpretação da informação e na decisão de incluir ou não nos itens pré-definidos, daí que os resultados obtidos devam ser interpretados com a devida prudência.

Sugere-se como investigação futura ampliar a amostra e efetuar um estudo longitudinal investigando as alterações quanto ao tipo e volume de divulgações de sustentabilidade, bem como identificar os potenciais factores explicativos do grau de divulgação de informação. Uma análise individualizada de cada um dos subíndices objeto de estudo permitiria também estudo mais aprofundado e detalhado da informação divulgada em cada categoria, e dos seus fatores explicativos.

Apêndice 1 - Itens de informação por categoria: estatísticas descritivas

CATEGORIA 1: INFORMAÇÃO GENÉRICA SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL				
Estratégia e análise:		SIM	% SIM	NÃO
		% NÃO		
1.	É identificado no <i>site</i> uma parte separada para a RSC?	2	3,33%	58
2.	Existe na mensagem geral do Presidente alguma referência sobre sustentabilidade (RSC) e sua importância para o município e para a sua estratégia?	1	1,67%	59
3.	Existe uma declaração expressa e exclusiva sobre sustentabilidade e sua importância para o município e para a sua estratégia?	4	6,67%	56
4.	Esta declaração inclui prioridades, estratégias, objetivos e metas a alcançar?	3	5,00%	57
5.	Esta declaração inclui acontecimentos, sucessos e fracassos registados na entidade?	0	0,00%	60
6.	Há referência à implementação de um plano estratégico de desenvolvimento sustentável?	43	71,67%	17

Governação, compromissos e participação dos grupos de interesses

7.	É apresentada a estrutura de governação do município?	50	83,33%	10	16,67%
8.	Existem as áreas social, económica e ambiental claramente definidas e divulgadas no <i>site</i> ?	9	15,00%	51	85,00%
9.	É feita referência à existência de uma comissão de trabalhadores ou representantes dos trabalhadores?	1	1,67%	59	98,33%
10.	São identificados os grupos de interesses (<i>stakeholders</i> ou partes interessadas) da organização?	16	26,67%	44	73,33%

**CATEGORIA 2: INFORMAÇÃO ECONÓMICA**

		SIM	% SIM	NÃO	% NÃO
1.	É divulgada informação sobre o Orçamento de despesas?	58	96,67%	2	3,33%
2.	É divulgada informação sobre o Orçamento de receitas do Orçamento de Estado?	58	96,67%	2	3,33%
3.	É divulgada informação sobre transferências de Receitas de outras entidades (diferente do OE), tais como fundos comunitários...?	58	96,67%	2	3,33%
4.	Está publicado o preço das tarifas/taxas dos serviços prestados pelo município?	53	88,33%	7	11,67%
5.	É divulgada informação sobre o prazo médio de pagamentos?	18	30,00%	42	70,00%
6.	É divulgada informação sobre a política de compras, que tenha em consideração aspetos de sustentabilidade (questões ambientais ou sociais)?				
7.	É divulgada informação sobre Concursos vigentes/ou a abrir para o abastecimento de bens ou serviços?	44	73,33%	16	26,67%
8.	É prestada informação sobre dados económicos chave: previsão do crescimento do PIB, emprego, taxa de desemprego, inflação e taxas de juro?	5	8,33%	55	91,67%
9.	Estão divulgadas <i>on-line</i> as contas anuais (prestações de contas)?	55	91,67%	5	8,33%

CATEGORIA 3: INFORMAÇÃO SOCIAL

		SIM	% SIM	NÃO	% NÃO
1.	É divulgada informação sobre o desenvolvimento de programas/medidas de cariz social?	60	100,00%	0	0,00%
2.	São divulgadas despesas com programas de cariz social?	50	83,33%	10	16,67%
3.	É divulgada informação sobre despesas com fornecedores locais?	0	0,00%	60	100,00%
4.	São apresentados Indicadores de eficácia e eficiência no domínio social?	29	48,33%	31	51,67%
5.	É pública a oferta de serviços prestados pelo município?	48	80,00%	12	20,00%
6.	É publicitada a Oferta de emprego público?	54	90,00%	6	10,00%
7.	É divulgada informação sobre subsídios atribuídos/a atribuir para atividades empresariais/associações (recreativas, culturais, ou de outro tipo)/ONG/ estudantes (bolsas/prémios)?	50	83,33%	10	16,67%
8.	São divulgados dados financeiros sobre subvenções/subsídios atribuídos?	47	78,33%	13	21,67%
9.	Divulga informação sobre trabalhadores (n.º total, formação, faixa etária...)?	57	95,00%	3	5,00%
10.	É divulgada informação sobre ações de formação (sobre qualquer temática) realizadas/a realizar para os trabalhadores?	24	40,00%	36	60,00%
11.	É divulgada informação sobre ações de formação/workshops realizadas/a realizar sobre RSC para a comunidade?	11	18,33%	49	81,67%
12.	Há informação sobre a obtenção de prémios ou distinções ao nível da RSC?	1	1,67%	59	98,33%
13.	É feita referência a algum plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas?	45	75,00%	15	25,00%

CATEGORIA 4: INFORMAÇÃO AMBIENTAL

		SIM	% SIM	NÃO	% NÃO
1.	Difunde as iniciativas levadas a cabo para atenuar os impactos ambientais dos produtos e serviços do município?	55	91,67%	5	8,33%
2.	Revela o grau de redução desse impacto?	6	10,00%	54	90,00%
3.	Revela o consumo de energia?	11	18,33%	49	81,67%
4.	Divulga as ações/iniciativas para incrementar a poupança de energia?	37	61,67%	23	38,33%
5.	São reveladas as reduções no consumo de energia como resultado de tais iniciativas?	6	10,00%	54	90,00%



6.	Informa sobre a percentagem e o volume total de água reciclada e reutilizada no município?	0	0,00%	60	100,00%
7.	Proporciona informação sobre as descargas e/ou o destino das águas residuais do município?	22	36,67%	38	63,33%
8.	Revela informação sobre emissões para atmosfera?	14	23,33%	46	76,67%
9.	Difunde as ações/iniciativas que permitam a redução de emissões?	30	50,00%	30	50,00%
10	Informa sobre o total e os tipos de despesas ambientais?	37	61,67%	23	38,33%
11	Informa sobre o total e os tipos investimentos ambientais?	50	83,33%	10	16,67%
12	Divulga informação sobre Políticas/declarações ambientais?	20	33,33%	40	66,67%
13	Divulga informação sobre sistema de gestão ambiental?	6	10,00%	54	90,00%
14	Há informação sobre a obtenção de prémios ao nível do ambiente ?	9	15,00%	51	85,00%

Divulgação autónoma sobre RSC

	SIM	% SIM	NÃO	% NÃO
Divulga on-line algum Relatório de RSC /sustentabilidade?: sim, não	1	1,67%	49	81,67%
Se sim:				
Onde se localiza? documentação do município /no "separador" da RSC/	No separador Agenda 21			
Qual o período que o relatório abarca?	2005 a 2008			
Qual a frequência de elaboração do relatório (anual, bienal,..)?	Apenas tem 1 relatório, o de 2009			
Segue as diretrizes GRI? sim, não	Sim			

REFERÊNCIAS

Alegria, E. (2004). Litoral/Interior: Clivagem com sentido? – Variações populacionais inter-censitárias nas últimas duas décadas. II Congresso Português de Demografia – Demografia e População: os Novos Desafios, Lisboa, 27 a 29 de Setembro.

Amorim, V. (2010). Estudo da Divulgação de Informação acerca da Responsabilidade Social Empresarial. Dissertação de Mestrado, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho

Baker, N. & Nazer, K. (2000). Empirical evidence on corporate social disclosure (CSD) practices in Jordan. International Journal of Commerce and Management, 10 (3&4), pp. 18-34.

Ball, A. (2005). Environmental accounting and change in UK local government.

Accounting, Auditing & Accountability Journal, Vol. 18, nº 3, pp. 346-373

Ball, A. & Bebbington, J. (2008). Editorial: Accounting and Reporting for Sustainable Development in Public Sector Organizations. Public Money and Management. December, pp. 323-326.

Ball, A. & Grubnic, S. (2007). Sustainability accounting and accountability in the public sector. In Unerman, J., Bebbington, J. & O'Dwyer, B. (Eds), Sustainability Accounting and Accountability , Routledge, London, capítulo 13, pp. 243-265

Bebal, A. (2000). Environmental reporting in developing countries: empirical evidence from Bangladesh. *Eco-Management and Auditing*, 7, 114-121.

Beck, A., Campbell, D. & Shrvies, P. (2010). Content Analysis in Environmental



Reporting Research: Enrichment and Rehearsal of the Method in a British-German Context. *The British Accounting Review*. Vol. 42, n.º 3, pp. 207-222.

Burrit, R. & Welch, S. (1997). Australian Commonwealth entities: an analysis of their environmental disclosures. *ABACUS*, Vol.12, n.º 3, June, pp.293-322

Cárcaba García, A. & García-García, J. (2010). Determinants of Online Reporting of accounting Information by Spanish Local Government Authorities. *Local Government Studies*, 36(5), 679-695

Carvalho, J., Fernandes, M.J.; Camões, P. & Jorge, S. (2012). Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2010. *Edições OTOC*.

CENTER FOR PUBLIC AGENCY SUSTAINABILITY REPORTING (CPASR) (2005), Research Report – Sustainability reporting: International uptake, forms and practice, November, disponível em <http://www.publicagencyreporting.org>.

Choi, J. (1998). An investigation of the initial voluntary environmental disclosures made in Korean semi-annual financial reports. *Pacific Accounting Review*, 11 (1), pp.73-102.

Deegan, C. (2002). The legitimizing effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*. Vol. 15. N.º 3, pp. 282-311.

Dutta, S.K. & Lawson, R.A. (2009). Aligning Performance Evaluation and Reward System with Corporate Sustainability Goals. *Cost Management*, 23 (6): 15-23

Farneti, F. & Guthrie, J. (2009). Sustainability reporting by Australian public sector organisations: Why they report. *Accounting Forum*, 33, pp. 89–98.

Farneti, F. & Siboni, B. (2008). Sustainability reporting in Italian local governments. What they do not report?. 7th *Australasian Conference for Social and Environmental Accounting Research* – 7 a 9 December 2008, Adelaide, South Australia

Fernandes, J. (2009). Acessibilidade dos conteúdos web dos Municípios Portugueses 2009 (análise à página de entrada). SUPERA – Sociedade Portuguesa de Engenharia de Reabilitação e Acessibilidade

Fernández, J & Fernández, Y. (2009). Información financeira, presupuestaria y de costes en las páginas web de los municipios españoles: análisis empírico de su nivel de divulgación. *XI Congreso Internacional de Costos y Gestión. XXXII Congreso Argentino de Profesores Universitarios de Costos*. Trelew – Patagonia Argentina, Septiembre de 2009

Frost, G. & Seamer, M. (2002). Adoption of environmental reporting and management practices: an analysis of New South Wales public sector entities. *Financial Accountability Management*. Vol. 18, n.º 2, pp. 103-127

Gallego-Alvaréz, I., Rodriguez-Dominguez, L. & García-Sánchez, M.I. (2010). Are determining factors of municipal E-government common to a worldwide municipal view? An intra-country comparison. *Government Information Quarterly*, 27, pp: 423-430

Gandía, M. C. e Archidona, J. L. (2008). Determinants of web site information by Spanish city councils. *Online Information Review*, 32:1, pp. 35-57.

Global Reporting Iniciative (GRI) (2010), What is GRI? <http://www.globalreporting.org>, consultado em 13 de Agosto de 2012

Global Reporting Initiative (GRI) (2005). Sector Supplement for Public Agencies, Pilot Version 1, incorporating an abridged version of the 2002 Sustainability Reporting Guidelines, March. Global Reporting Initiative, Amsterdam;

Global Reporting Initiative (GRI) (2006), *Sustainability Reporting Guidelines* Version 3, October, <http://www.globalreporting.org>, consultado em 13 de Agosto de 2012

Gray, R., Kouhy, R. & Lavers, S. (1995a). Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*. Vol. 2, pp. 47–77.



Gray, R., Kouhy, R. & Lavers, S. (1995b). Methodological themes: constructing a research database of social and environmental reporting by UK companies. *Accounting Auditing and Accountability Journal*, 8 (2), 78-101.

Guerra, J. (2011), “Municípios, Participação e Sustentabilidade – Dinâmicas Locais de Imperativos Globais”. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa. Instituto de Ciências Sociais

Guthrie, J. & Farneti, F. (2008). GRI Sustainability Reporting by Australian Public Sector Organizations. *Public Money & Management*, December, pp. 361-266

Hackson, D. & Milne, M. (1996). Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. *Accounting Auditing and Accountability Journal*, 9 (1), pp. 77-108.

Jorge, S., Sá, P.M., Pattaro, A. e Lourenço, R. (2011). Local Government financial transparency in Portugal and Italy: a comparative exploratory study on its determinants. 13th Biennial CIGAR Conference, Bridging Public Sector and Non-Profit Sector Accounting, 9-10 June 2011, Ghent, Belgium.

Joseph, C. (2010). *Sustainability Reporting on Malaysian Local Authority websites*. Tese de Doutoramento, Curtin University of Technology

Joseph, C. & Taplin, R. (2011). The measurement of sustainability disclosure: Abundance versus occurrence. *Accounting Forum* 35, pp. 19-31.

Lewis, T. (2008). Debate: Public sector sustainability reporting – implications for accountants. *Public Money & Management*, 28:6, pp. 329-331.

Lodhia, S.K. (2010). Sustainability Reporting by the Australian Commonwealth Public Sector: An application of New Institutional Theory. *Proceedings of the 9th Australasian Conference on Social and Environment Accounting Research (CSEAR)* 2010, 5-7 December, Albury Wodonga, Australia

Mack, J. & Power, C. (2006). The influences on Queensland and local government to adopt triple bottom line reporting. *Research Paper nº 2006-001*, School of Accounting, Curtin University of Technology.

Marcuccio, M. & Steccolini, I. (2009). Patterns of voluntary extended performance reporting in Italian local authorities. *International Journal of Public Sector Management*. Vol. 22. Nº 2, pp. 146-167.

Marcuccio, M. & Steccolini, L. (2005). Social and environmental reporting in local authorities. A new Italian fashion?. *Public Management Review*, Vol. 7, n.º 2, pp. 155-176

Martani, D & Lestiani, A. (2012). Disclosure in Local Government Financial Statements: the Case of Indonesia. *Global Review of Accounting and Finance* Vol. 3. No. 1. March 2012. 67 - 84

Martins, M. (2011). *Comunicação da Sustentabilidade nas páginas web dos municípios da Europa dos 15*. Tese de Mestrado. Faculdade de Economia. Universidade do Porto. Porto.

McElroy, J., Bisman, J. e Mathews, R. (2005). Environmental accounting in NSW local government. *7th Asian-Pacific Conference on International Accounting Issues*, 20-23 November, Wellington, New Zealand

Moneva, J. & Martin, E. (2012). Universidad y Desarrollo sostenible: Análisis de la rendición de cuentas de las universidades públicas desde un enfoque de responsabilidad social. *Revista Iberoamericana de Contabilidad de Gestión*. Vol. X, nº 19, Enero_Junio 2012

Mucciaroni, M. (2012). Factors Affecting the GRI Disclosures in the Annual Reports of Australian State Government Departments. *Working Paper nº.3*. February 2012. Murdoch Business School. Perth. Australia.

Mussari, R. & Monfardini, P. (2010). Practices of Social Reporting in Public Setor and Non-profit Organizations. *Public Management Review*. Vol. 12. N.º 4, pp. 487-492.



Navarro, A., Alcaraz, F. J. & Ortiz, D. (2010 a). La divulgación de información sobre responsabilidad corporativa en administraciones públicas: un estudio empírico en gobiernos locales, *Revista Española de Contabilidad*, RC-SAC 13:2 p: 285-314.

Navarro, A., Ortiz, D. & Alcaraz, F. J. (2010 b). Desafíos de la contabilidad pública ante las prácticas de responsabilidad social corporativa. *ASEPUC*, pp. 1-28

Navarro, A., Ortiz, D., Alcaraz, F. J. & Zafra, J.L. (2011a). La divulgación de información sobre sostenibilidad en los gobiernos regionales y sus factores influyentes: el caso de España. *XVI Congreso AECA*, pp. 1-24;

Navarro, A., Ruiz, M., Ríos, A. & Tirado, P. (2011b). Responsabilidad social y administración pública local: un análisis del grado de divulgación de información en Reino Unido e Irlanda). *XVI Congreso AECA "Nuevo modelo económico: Empresa, Mercados y Culturas"*, Granada, Espanha

Oliver, C. (1991). Strategic Responses To Institutional Processes. *Academy of Management Review*. Vol. 16, pp. 145-79.

Pilcher, R., Ross, T. & Joseph, C. (2008). Sustainability reporting on local authority websites within an institutional theory framework. *The 7th Australasian conference for social and environmental accounting research*, edited by Roger Burrit, pp. 510-531, South Australia: Center for Accounting Governance and Sustainability.

Pina, V., Torres, L. & Acerete, B. (2007). Are ICTs promoting governments accountability?: A comparative analysis of e-governance developments in 19 OECD countries. *Critical Perspectives on Accounting*, 18(5): pp. 583-602.

Pina, V., Torres, L. & Martini, C. (2009). Accrual Accounting in EU local governments: one method, several approaches. *European Accounting Review*, 18(4), 765-807.

Ratanajongkol, S. & Davey, H. & Low, M. (2006). Corporate social reporting in Thailand: The news is all good and increasing. *Qualitative Research in Accounting & Management*, 3 (1), pp. 67-83.

Ribeiro, V. (2007 a). *La gestion medioambiental en las Entidades Públicas Locales Portuguesas. Una Perspectiva Contable*. Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha.

Ribeiro, V. (2007b). A divulgação de informação ambiental nas autarquias locais portuguesas. *XVII Jornadas Hispano-Lusas de Gestión científica – "Conocimiento, Innovación y Empreendedores. Camino al futuro*, ISBN 978-84-690-3573-3, Logroño, pp.1024-1040.

Ribeiro, V. & Guzmán, C. (2008 a). Factores determinantes de la divulgación de información medioambiental en las autarquias portuguesas. *XIII Encuentro de la Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas*, 25-26 Setembro, Aveiro.

Ribeiro, V. & Guzmán, C. (2008 b). Factores explicativos de la extensión de la divulgación medioambiental en las entidades locales portuguesas. *Conferência GECAMB*, 16 – 17 Outubro, Leiria.

Ribeiro, V. & Guzmán, C. (2011). La Divulgación de Información Medioambiental en las Autarquias Portuguesas: Caracterización y Factores explicativos. *Revista de Contabilidade e Gestão - Revista Científica da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas*, Novembro.

Rodríguez Bolivar, M.P., Caba Pérez, M.C. & López Hernandez, A.M. (2006). Cultural contexts and governmental digital reporting. *International Reviews of Administrative Sciences*, 72(2):pp. 269-290.

Rodríguez Bolivar, M.P., Caba Pérez, M.C. & López Hernandez, A.M. (2007). E-Government and public financial reporting: the case of Spanish regional governments. *American Review of Public Administration*, 37(2): pp. 142-177



Sánchez-Fernández, M. (2012). A responsabilidade social corporativa no marco da teoria institucional. *Working paper 6*. Publicação eletrónica seriada do Centro de Investigação em Ciências Sociais. Universidade do Minho. ISSN:2182-7672

Sanchez, R., Muñoz, L., Bolívar, M. & Díaz, A. (2011). La divulgation online de responsabilidad social universitaria. Un estudio comparativo en las universidades públicas y privadas estadounidenses. *XVI Congresso AECA*, Granada, 21 a 23 Setembro.

Sciulli, N. (2009). Sustainability Reporting by Local Councils in Coastal Regions: An Australian Study. *Asian Journal of Finance & Accounting*. ISSN 1946-052X 2009. Vol. 1. No. 1: E1. pp. 76-86.

Sciulli, N. (2011). Influences on Sustainability Reporting within Local Government. *International Review of Business Research Papers*. 7 (2), pp. 282-291.

Secretaria Regional Da Agricultura e Florestas (SRAF) (2007), “PRORURAL – Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2007-2013”, *Revisão 2 – Versão de 18 de novembro de 2007*.

Serrano-Cinca, C; Rueda-Tomás, M; Portillo-Tarragona, P. (2009). Factors influencing e-disclosure in local public administrations. *Environment and Planning C-Government and Policy*. Vol. 27. N.º2, pp: 355-378.

Slack, R. & Shrives, P. (2008). Social disclosure and legitimacy in Premier League football clubs: the first ten years. *Journal of Applied Accounting Research*, 9 (1), pp. 17-28.

Tort, L. E. (2010). GRI Reporting in Government Agencies, Amsterdam: Global Reporting Initiative (GRI)

Vilar, V. (2012). *Divulgação de Responsabilidade Social na Internet – Estudo descritivo das páginas de Internet dos maiores Bancos mundiais*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais e de Gestão. Lisboa.

Williams, B. (2011). *Are Local Government Authorities in Australia Reporting on Sustainability?*. Tese de Doutoramento, University of Tasmania, Australia.

Williams, B. (2012). GRI Reporting Guidelines in the Local Government Sector - Are they being utilized?. *Paper to present in 10th Australasian Conference on Social and Environmental Accounting Research*, 5th - 7th December 2012, Launceston EJ.

Williams, B., Wilmshurst, T. & Clift, R. (2009). Sustainability reporting in local government in Australia - a preliminary analysis. *Proceedings of the 8th Australasian Conference on Social and Environment Accounting Research (CSEAR)*. 6-8 December. Christchurch. New Zealand EJ.



Wilmshurst, T. & Frost, G. (2000). Corporate environmental reporting: a test of legitimacy theory. *Accounting Auditing and Accountability Journal*. 13 (1). pp. 10-26.

Zeghal, D. & Ahmed, S. (1990). Comparison of social responsibility information disclosure media used by Canadian firms. *Accounting Auditing & Accountability Journal*, 3 (1), pp. 38-53.